

LEI Nº 2.720/2019

## **Dispõe sobre o funcionamento de feiras itinerantes no Município de Palmas, e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** A realização de feiras e eventos comerciais, de vendas a varejo, de caráter temporário, somente poderão funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei.

§ 1º Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em estandes individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

§ 2º Excetua-se das disposições desta lei, a realização de feiras que:

- a) são promovidas pelo Município e estejam no calendário anual de eventos da cidade;
- b) tenham natureza exclusivamente filantrópica, ou aquelas sem finalidades lucrativas, realizadas ou promovidas por entidades assistenciais, filantrópicas, ou associações comunitárias do Município, legalmente instituídas há mais de 01 (um) ano, contando retroativamente da data de realização do evento;
- c) tenham caráter exclusivamente promocional para difusão da arte, da cultura ou das ciências;
- d) sejam promovidos e realizados por entidades educacionais de ensino regular, clubes de serviços ou associações de classes legalmente estabelecidas no Município há mais de 01 (um) ano, contado retroativamente da data da realização do evento;
- e) sejam promovidos e realizados por entidades de saúde de ação regular, sem fins lucrativos, de reconhecida ação no Município, legalmente estabelecidas neste há mais de 01(um) ano, contado retroativamente da data da realização do evento.
- f) Forem promovidas exclusivamente por empresas legalmente constituídas a mais de dois anos e com sede em Palmas - PR que mantenham suas portas abertas ao público em horário comercial no Município e também com funcionários de seu quadro habitual de trabalho, desde que estejam expondo e/ou comercializando produtos que tradicionalmente comercializam em seu(s) estabelecimento(s), possibilitando assim atender o Código de Defesa do Consumidor.

**Art. 2º** Fica fixada a taxa de Alvará para Feiras e Eventos Temporários, no valor de 30 (trinta) UFM - Unidade Financeira Municipal, ao dia.

§ 1º A taxa será exigida tanto da empresa promotora quanto das empresas participantes.

§ 2º Ficam isentos da Taxa prevista no caput deste artigo, as feiras e eventos temporários realizadas em função de eventos patrocinados, incentivados ou estimulados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento, devidamente autorizadas pela Prefeitura Municipal, e aquelas promovidas por entidades de caráter filantrópico e sem fins lucrativos.

§ 3º Para efeitos de enquadramento no parágrafo anterior, caracteriza-se como evento temporário patrocinado, incentivado

ou estimulado pelo Município, qualquer acontecimento de especial interesse como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, além de outros considerados de interesse cultural e esportivo.

§ 4º Independentemente da isenção prevista nos §§ 2º e 3º, as empresas deverão apresentar toda a documentação prevista nesta Lei, sem ressalvas.

**Art. 3º** As feiras e ventos comerciais de que trata o art. 1º somente poderão ser realizadas em imóveis que ofereçam condições de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º A feira ou evento comercial somente poderá ser realizado por empresa promotora de eventos, a qual será responsável diretamente pela feira ou evento, exceto nos casos previstos nos §§ 2º do art. 2º desta Lei, onde será admitida a realização diretamente por unidade comercial.

§ 2º Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na feira ou evento comercial, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Palmas, independentemente daquela obtida pela promotora da feira ou evento, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei, sendo vedada a licença à pessoa física.

**Art. 4º** A realização de feiras de que trata o art. 1º, desta lei, salvo as exceções constantes no § 2º do mesmo artigo, não poderão ter duração superior a 07 dias consecutivos, podendo o horário de funcionamento estender - se até as 22:00 (vinte e duas) horas.

**Art. 5º** O requerimento da licença para realização da feira de que trata o art. 1º, desta lei, deverá ser instruído com os seguintes documentos e providências, emitidos em nome próprio e relativos a toda unidade comercial:

I - Carta-requerimento de licença para a realização do evento, dirigida ao órgão competente da administração municipal, elaborada e subscrita pela instituição ou empresa promotora, em duas vias, com a informação do período destinado à sua realização;

II - Cópias autenticadas do contrato de locação, quando se tratar de imóvel locado para a realização do evento;

III - Projeto de ocupação e distribuição dos espaços para os expositores (layout), assinado por arquiteto com Responsabilidade Técnica, devidamente registrado no CREA, destacando-se os espaços destinados aos órgãos de fiscalização do estado e do município, de proteção e de defesa do consumidor, vigilância sanitária e segurança pública, constando, ainda, as áreas de circulação de pessoas, indicação de entradas e saídas de emergência, localização e identificação de instalações sanitárias, sendo que o local de realização do evento deverá ser arejado e ventilado, de fácil acesso, inclusive garantindo a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, e com saídas amplas em caso de emergência, atendendo as determinações e as normas da ABNT e possuir sistemas de segurança para garantia do bem estar e tranquilidade dos visitantes e expositores;

IV - Comprovação de solicitação de vistoria prévia e liberação do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e da Vigilância Sanitária do município para a realização do evento, bem como cópia do Certificado de liberação de Bombeiros, de Alvará de licença da Vigilância Sanitária e Alvará de localização do local do estabelecimento, a fim de comprovar as condições de higiene e conservação do local que se pretende instalar referido evento/feira;

V - Relação de todos os empregados dos promotores da feira, bem como de todos os participantes e autônomos, acompanhada de cópias dos respectivos contratos de trabalho e de declaração do Sindicato dos Empregados no Comércio, atestando o cumprimento da legislação trabalhista e das demais normas estabelecidas por convenção coletiva de trabalho, bem como o recolhimento de INSS dos mesmos.

VI - Parecer prévio favorável da fiscalização municipal respectiva (Departamento de Meio Ambiente) quando houver utilização

de fonte sonora;

VII - Comprovação de recolhimento da contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva, na execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma no local do evento (quando for o caso);

VIII - Cópia autenticada, com atestado de prazo de validade, de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do promotor do evento e de todas as pessoas jurídicas que dele participem, direta ou indiretamente;

IX - Cópia autenticada do contrato social e última alteração contratual ou documentos equivalentes do promotor do evento, bem como de todas as pessoas jurídicas que dele participem, direta ou indiretamente, devidamente registrado no registro peculiar;

X - Certidões negativas de débitos junto à Receita Federal do promotor do evento e de todos os participantes;

XI - Certidão negativa de débito junto à Receita Estadual, do promotor do evento e de todos os participantes, expedida pela Secretaria da Fazenda dos Estados onde os mesmos tenham sede;

XII - Certidão negativa de débitos ou certidão de regularidade perante o INSS e o FGTS do promotor do evento e de todos os participantes;

XIII - Comprovação de contratação de seguro contra incêndio destinado à cobertura de danos pessoais que atinjam visitantes, freqüentadores, clientes da feira, bem como servidores públicos e trabalhadores em serviço;

XIV - Relação nominal de todas as instituições, empresas e empresários individuais participantes do evento, com seus respectivos dados cadastrais, tais como: nome empresarial, nome de fantasia, endereço, número de inscrição no CNPJ, número de inscrição estadual, ramo de atividade, número de telefone;

XVI - Comprovação de regularidade fiscal dos produtos e/ou serviços a serem comercializados no evento;

XVI - Termo de compromisso emitido pelo promotor do evento, informando número de telefone e endereço de Serviço de Atendimento ao Consumidor, que deverá ser mantido pelo período mínimo de 30 (trinta) dias após a realização do evento, bem como indicado através de placa informativa durante todo o evento, em local de fácil visualização, para garantir os direitos dos consumidores, em especial as trocas de mercadorias com defeito ou vício, e prestar os esclarecimentos relativos aos produtos e serviços da feira ou evento similar já realizada;

§ 1º Com o deferimento do pedido de realização da feira/evento, os certificados de vistoria expedidos pelos órgãos competentes, mencionados no inciso IV supra, e a licença para o evento, expedida pelo Departamento de Tributação e Fiscalização, deverão permanecer à disposição da fiscalização municipal desde o início do evento, em local de fácil acesso e visualização pelo público.

§ 2º Exigir-se-á, em todos os casos, a comprovação do recolhimento de Imposto sobre Serviço - ISS, relativos aos serviços prestados.

**Art. 6º** O requerimento de licença deverá ser apresentado, ao órgão competente da administração municipal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o início da realização do respectivo evento.

**Art. 7º** A empresa deverá providenciar, às suas expensas, sanitários para o sexo masculino e feminino, bem como para cadeirantes, no local destinado ao público consumidor (quando já não edificados no local do evento).

**Art. 8º** As despesas necessárias à instalação e execução de feiras que trata o art.1º desta lei, assim como a comprovação do recolhimento dos tributos devidos em razão dos mesmos são de responsabilidade do promotor do evento.

**Art. 9º** A empresa promotora do evento deverá ainda comprovar, com antecedência de 30 (trinta dias), que ofertou aos órgãos representativos do comércio e indústria local, no mínimo 30% (trinta por cento) dos estandes da feira para as empresas e entidades do Município de Palmas.

**Art. 10.** A administração municipal, na ausência isolada ou em conjunto dos documentos a que se refere o art. 4º, desta lei, deixará de outorgar ou cassará, conforme o caso, a licença para a realização da feira, podendo ainda, fazê-lo quando tal realização, a seu critério, possa ferir o interesse público ou se torne prejudicial à economia do município.

**Art. 11.** A empresa organizadora deve destinar espaço no local de realização da feira, sem qualquer custo, para a instalação de:

I - Representantes do PROCON; II - Pronto atendimento médico; III - Polícia Militar;

IV - Representantes do Poder Público Municipal.

**Art. 12.** É expressamente vedada, nas feiras de que trata o art. 1º desta lei, a comercialização dos seguintes produtos:

I - fogos de artifício e correlatos; II - armas de fogo e munições;

III - produtos originários de contrabando ou descaminho, bem como os falsificados ou reproduzidos ilegalmente;

IV - demais produtos em desacordo com a legislação ou que possam causar dano à população.

Parágrafo único. Os produtos descritos neste artigo que forem comercializados ou expostos à venda nos locais de realização de feiras serão apreendidos, sem prejuízo de eventual representação criminal contra os responsáveis.

**Art. 13.** Aos promotores e participantes de feiras ou eventos similares é vedada a comercialização de produtos e/ou serviços, nas vias públicas do município, seja através de prepostos, seja através de vendedores ambulantes.

**Art. 14.** A realização de feiras ou eventos similares sem a respectiva licença municipal, ou com desrespeito aos termos desta lei, implicará na imediata interdição do evento pela administração pública, bem como na imposição de multa diária ao(s) infrator(es), no importe de 10 (dez) UFM - Unidade Financeira Municipal por participante e 20 UFM por promotor ou organizador, pelo período de persistência da irregularidade, e na apreensão das mercadorias expostas ou destinadas à comercialização, ficando o(s) infrator(es) impedido(s) da realização ou participação de novos eventos no Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da constatação da infração.

Parágrafo único. As multas em destaque no presente artigo serão atualizadas anualmente, aplicando-se o índice estipulado no Código Tributário Municipal.

**Art. 15.** As feiras, exposições ou demais eventos não abrangidos por esta Lei continuam regidos pelas normas da legislação pertinente.

**Art. 16.** O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá um prazo de até 30 (trinta) dias para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial.

**Art. 17.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palmas, 11 de dezembro de 2019.

Luiz Guesser  
Presidente do Legislativo

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 23/07/2020*